

# DIREITO DESPORTIVO



GUSTAVO LOPES PIRES DE SOUZA  
(COORDENADOR)

# DIREITO DESPORTIVO

Caio Medauar  
Gustavo Normanton Delbin  
Leonardo Andreotti Paulo de Oliveira  
Lucas Thadeu de Aguiar Ottoni



Belo Horizonte  
2014

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico,  
inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2014.

**Coordenação Editorial:** Fabiana Carvalho  
**Produção Editorial** Danilo Jorge da Silva  
**Capa:** i9 Video Art  
**Revisão:** Fabiana Carvalho

---

D598

Direito desportivo / coordenação de Gustavo Lopes  
Pires de Souza. – Belo Horizonte: Arraes Editores, 2014.  
291p.

ISBN: 978-85-8238-060-4

1. Direito desportivo. I. Souza, Gustavo Lopes Pires de.

CDD: 340

CDU: 340:796

Elaborada por: Maria Aparecida Costa Duarte  
CRB/6-1047

---

Rua Pernambuco, 1408, Loja 03  
Savassi - Belo Horizonte/MG  
CEP 30130-151

Tel: (31) 3031-2330

[arraes@arraeseditores.com.br](mailto:arraes@arraeseditores.com.br)

[www.arraeseditores.com.br](http://www.arraeseditores.com.br)



Belo Horizonte  
2014

*“Mas, se desejarmos fortemente o melhor, e principalmente,  
lutarmos pelo melhor... O melhor vai se instalar em nossa vida.  
Porque sou do tamanho daquilo que vejo, e não do tamanho da minha altura.”*

Carlos Drummond de Andrade



**GUSTAVO LOPES PIRES DE SOUZA (COORD.)**

Doutorando em Atividade Física e Esporte pelo Instituto Nacional de Educação Física da Catalunha. Mestre em Direito Desportivo pela Universidade de Lleida (Espanha). Palestrante. Professor Universitário. Autor de livros e artigos de direito desportivo. Diretor do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo. Auditor do STJD da Confederação Brasileira de Atletismo.

**CAIO MEDAUAR**

Advogado. Subprocurador Geral do STJD do Futebol. Membro da Justiça Desportiva das modalidades Basquete, Voleibol, Atletismo e do Comitê Paralímpico Brasileiro. Membro das Comissões de Direito Desportivo e de Defesa do Consumidor da OAB/SP.

**GUSTAVO NORMANTON DELBIN**

Advogado associado de Aidar sbz. Mestre em Direito Desportivo pela Universidade de Lleida. Pós-Graduado em Dir. e Processo Civil pela ESA/SP; em Adm. e Marketing Esportivo pela ESEF Jundiaí; e em Dir. Desportivo pela UNIP/IBDD. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo e do STJD do Atletismo. Procurador Geral do STJD Paralímpico do CPB e Procurador do STJD do Futebol.

**LEONARDO ANDREOTTI PAULO DE OLIVEIRA**

Mestre em Direito. Coordenador Acadêmico da Pós-Graduação em Direito Desportivo da ESA/SP. Professor do Master SLPC in Diritto e Organizzazione Aziendale dello Sport. Professor do LLM in International Sports Law do ISDE/Madrid. Diretor Tesoureiro do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo.

**LUCAS THADEU DE AGUIAR OTTONI**

Mestre e Doutorando em Direito Desportivo pela Universidade de Lleida (Espanha). Presidente da Comissão de Direito Desportivo da OAB/MG e do Instituto Mineiro de Direito Desportivo. Pós-graduado (especialista) em Direito Desportivo e Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho.





## NOTA DO COORDENADOR

Dentre os mais diversos ramos do Direito, nenhum é capaz de despertar tanta paixão quanto o Direito Desportivo. Essa paixão, muitas vezes abnegada, nos dá combustível infinito para noites intermináveis de leitura e estudos.

Como todo apaixonado, um sonho permeava meus pensamentos... o sonho de compilar estes estudos e publicar um “Direito Desportivo”.

A Editora Arraes embarcou nesse sonho...

Para a empreitada, convocamos um time de primeira linha.

Caio Medauar, Gustavo Delbin, Leonardo Andreotti e Lucas Ottoni.

O currículo dos membros da equipe é pra lá de extenso...

Caio Medauar, procurador do Superior Tribunal de Justiça Desportiva da CBF, contribuiu sobremaneira com o material criado e reunido de anos lecionando disciplinas de direito desportivo.

Gustavo Delbin, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo, engrandeceu o trabalho com sua vastíssima experiência de atuação na área e dezenas de trabalhos publicados.

Leonardo Andreotti, Professor de Direito Desportivo em universidades estrangeiras, nos brindou com seu conhecimento de Direito Desportivo Comparado e de Marketing Esportivo, bem como com análises pontuais e cuidadosas a cada revisão.

Lucas Ottoni, presidente da Comissão de Direito Desportivo da OAB/MG, nos trouxe toda sua experiência na Justiça Desportiva e no Direito de Trabalho Desportivo.

Com o time formado, somamos esforços, experiências e estudos para gerar, a dez mãos e em tempo recorde, o trabalho que ora se apresenta.

O Direito Desportivo possui dezenas de nomes e figuras de destaque que poderiam e mereceriam estar aqui, mas, infelizmente, não pudemos contar diretamente com eles.

Digo diretamente, pois indiretamente todos estão contidos e abraçados aqui neste livro. Seus textos, suas ideias e suas exposições nos acompanharam a cada segundo e o calor da sua amizade nos trouxe a ternura necessária para este precioso trabalho.

Todos os nomes e textos utilizados foram devidamente creditados nas referências e bibliografia.

Para a realização deste trabalho, buscamos nossos materiais de aula (apostilas, exercícios, slides), textos e artigos já publicados, anotações, publicações em nossos blogs e redes sociais e os compilamos de forma a abordar os principais pontos do Direito de Desportivo e oferecer ao leitor a visão mais completa e didática possível.

Certamente, não exaurimos o tema, mas trouxemos o que há de mais relevante e interessante para o estudante ou profissional interessado pelo tema.

Diante de todo o material em estado bruto iniciamos sua lapidação, sempre com a participação de todos e sob a linha de cognição entabulada pelo coordenador e pelos editores.

O resultado do trabalho pode ser observado nas páginas que se seguem.

Boa leitura.

**GUSTAVO LOPES PIRES DE SOUZA**

## SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	XV
CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO AO DIREITO DESPORTIVO .....	1
1.1. História e Evolução do Direito Desportivo.....	4
1.2. Fontes do Direito Desportivo.....	10
1.3. O Direito Desportivo como ramo Autônomo.....	11
1.4. Interdisciplinaridade .....	17
1.5. Lei Pelé: A Lei Geral do Desporto .....	18
1.6. Sistema Associativo Internacional .....	19
1.6.1 Comitê Olímpico Internacional.....	19
1.6.2 Comitês Olímpicos Nacionais .....	21
1.6.3 Federações Esportivas Internacionais.....	22
1.6.4 Outras Instituições .....	24
CAPÍTULO 2	
DIREITO DESPORTIVO DISCIPLINAR - JUSTIÇA DESportiva.....	25
2.1. Introdução.....	27
2.2. A Justiça Desportiva .....	28
2.2.1. Princípios.....	31
2.2.2. Competência.....	33
2.2.3. Composição, Organização e Funcionamento .....	34
2.2.4. Superior Tribunal de Justiça Desportiva .....	35
2.2.5. Tribunais de Justiça Desportiva .....	38

2.2.6. Comissões Disciplinares .....	39
2.2.7. Atribuições do Presidente e do Vice-Presidente dos Tribunais .....	40
2.2.8. Procuradoria .....	42
2.2.9. Secretaria.....	42
2.3. Procedimentos .....	43
2.3.1. Prazos .....	44
2.3.2. Súmula ou Relatório .....	44
2.3.3. O Processo Desportivo .....	46
2.3.4. Procedimento Sumário .....	47
2.3.5. Procedimento Especial.....	48
2.3.6. Inquérito.....	48
2.3.7. Impugnação de partida.....	49
2.3.8. Mandado de Garantia .....	49
2.3.9. Reabilitação.....	50
2.3.10. Infrações punidas com eliminação.....	51
2.3.11. Suspensão, desfiliação ou desvinculação .....	51
2.3.12. Revisão.....	51
2.3.13. Sessão de instrução e julgamento.....	52
2.3.14. Recursos.....	53
2.3.15. Noções práticas do processo.....	54
2.4. Dopagem.....	57
2.4.1. Histórico.....	57
2.4.2. Definição .....	59
2.4.3. Fundamentos do Código Mundial <i>Antidoping</i> .....	61
2.4.4. Infrações .....	62
2.4.5. Substâncias proibidas.....	64
2.4.6. Penas.....	65
2.5. Sanções .....	65
2.6 Justiça Desportiva em Âmbito Internacional.....	70
2.6.1 Tribunal Arbitral do Esporte.....	70
2.6.2 Câmara de Resolução de Conflitos da Fifa .....	82
2.6.3 Tribunal Disciplinar da Conmebol.....	84

### CAPÍTULO 3

ENTIDADES DO DESPORTO (DE ADMINISTRAÇÃO - DE PRÁTICA - LIGAS).....	87
3.1. Definição .....	89
3.2. Sistema Desportivo .....	89
3.3. Natureza Jurídica .....	92
3.4. Clube-Empresa e demais Formas de Constituição .....	93

3.5. Responsabilidade dos Dirigentes .....	98
3.5.1. Responsabilidade em razão da constituição jurídica do Clube .....	99
3.5.2. Responsabilidade em razão da administração do Clube.....	99
3.5.3. Responsabilidade em razão dos direitos do torcedor .....	100
CAPÍTULO 4	
DO CONTRATO DE TRABALHO DO ATLETA PROFISSIONAL .....	103
4.1. Definição .....	109
4.2. Passe.....	115
4.3. Cláusulas de Rescisão .....	116
4.4. Remuneração .....	120
4.5. Direito de Imagem e Direito de Arena .....	122
4.6. Registros e Transferências.....	132
4.7. Direitos Econômicos X Direitos Federativos.....	135
4.8. Mecanismo de Solidariedade .....	138
CAPÍTULO 5	
ESTATUTO DO TORCEDOR.....	143
5.1. Dos Direitos do Torcedor e do Consumidor.....	148
5.2. Do Consumidor do Evento Esportivo .....	149
5.3. O Papel do Poder Público.....	153
5.4. Do Plano de Ação .....	153
5.5. Do Regulamento das Competições .....	154
5.6. Da Segurança dos Torcedores.....	155
5.7. Dos Ingressos .....	156
5.8. Da Arbitragem.....	159
5.9. Da Relação com a Justiça Desportiva .....	159
5.10. Das Penalidades.....	161
5.11. Das Alterações Ocorridas em 2010.....	165
5.12. Conclusão.....	166
CAPÍTULO 6	
LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE.....	171
6.1. A Constituição Brasileira de 1988 .....	173
6.2. Leis Municipais de Incentivo ao Esporte .....	174
6.3. Leis Estaduais de Incentivo ao Esporte.....	175
6.4. Lei Federal de Incentivo ao Esporte .....	175
6.5. Tramitação do Projeto .....	178
6.6. Âmbito Tributário .....	181
6.7. Conclusão.....	183

CAPÍTULO 7	
MARKETING ESPORTIVO.....	185
7.1. A evolução do Marketing Esportivo .....	187
7.2. O Evento Esportivo.....	193
7.3. Os Contratos de Patrocínio e Publicidade no Desporto.....	198
7.3.1. Aspectos Jurídicos do Contrato de Patrocínio.....	201
7.3.2. Conteúdo do Contrato de Patrocínio Esportivo.....	204
7.3.2.1. Cláusula de Exclusividade ou não Concorrência.....	207
7.3.2.2. Direito de Preferência.....	208
7.3.2.3. Cláusula de Confidencialidade.....	208
7.3.2.4. Cláusula de Resolução de Conflitos.....	209
7.4. Marketing de Emboscada.....	210
CAPÍTULO 8	
DIREITO DESPORTIVO E OS GRANDES EVENTOS.....	223
8.1. Lei Geral da Copa.....	226
8.1.1 História da Copa do Mundo.....	226
8.1.2. A Lei Geral da Copa.....	229
8.2. Lei do Ato Olímpico.....	241
8.2.1. História dos Jogos Olímpicos .....	241
8.2.2. A Lei do Ato Olímpico.....	252
8.2.3. Pontos Polêmicos.....	255
8.2.4. Conclusão.....	256
REFERÊNCIAS .....	259

## PREFÁCIO

O chamado Direito Desportivo no Brasil ganhou contornos reais e promissores para os chamados “Operadores do Direito”.

Sem dúvida alguma o mercado abriu-se de forma efetiva mercê de uma crença seguida de uma divulgação iniciada há quase 20 anos, quando ainda era ele um patinho feio entre tantas maravilhas do Direito pátrio.

Fui muitas vezes às tribunas deste país divulgando esse nicho de mercado de trabalho que, à época, se mostrava possível. Hoje é uma realidade. Dezenas, se não mesmo centenas, de advogados operam na área. Grandes bancas de advocacia têm dentre suas áreas de atuação o denominado “Direito Desportivo”. Cursos são abertos a cada instante. Importantes Universidades deste país enfocam o Direito Desportivo em nível de graduação e de pós-graduação.

Não há mais como fugir à realidade de que o Direito Desportivo veio para ficar.

Não são por outras razões que os abnegados resolveram escrever e comentar sobre Direito Desportivo. Obras foram produzidas nesse sentido, comentários didáticos também o foram e estudos mais aprofundados começaram a surgir neste decênio.

Eu mesmo já escrevi sobre o tema, livros e artigos diversos, capítulos e comentários, trazendo para o plano teórico a prática que sempre desenvolvi, inclusive como dirigente desportivo, como autor do anteprojeto da Lei Pelé, como partícipe da elaboração do Código Brasileiro de Justiça Desportiva e do Estatuto do Torcedor e como consultor do então Ministro do Esporte, Edson Arantes do Nascimento (Pelé).

Desta feita, fui chamado pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo, meu colega e ilustre advogado Gustavo N. Delbin, para prefaciar esta

obra elaborada juntamente a outros profissionais muito capacitados. E aceitei o convite porque, além de ser gratificante, é para mim extremamente prazeroso poder ajudar a desenvolver o Direito Desportivo.

E, no caso, a alegria e satisfação são ainda maiores pela qualidade dos autores que escrevem a obra e pelo conteúdo altamente didático deste livro.

Oxalá os que o consultarem façam dele bom proveito e extraiam as lições necessárias à compreensão das lides do Direito desportivo.

Certamente será uma boa leitura. Façam-na.

**CARLOS MIGUEL CASTEX AIDAR**

Advogado